

O conhecimento histórico e a busca pela verdade: uma leitura da subjetividade e da objetividade na dualidade entre sujeito e objeto
Historical knowledge and the search for truth: a reading of subjectivity and objectivity in the duality between subject and object

Fernando Tadeu Germinatti

Centro Universitário Internacional, Brasil

E-mail: Germinattifer@outlook.com

Alessandra de Melo

Universidade Estadual de Maringá, Brasil

E-mail: bell.paganni@gmail.com

Recebido: 13/03/2018 – Aceito: 21/04/2018

Resumo

O presente artigo apresenta a sistematização de reflexões teóricas acerca do debate da neutralidade nas ciências humanas. A partir da apresentação da concepção de neutralidade científica defendida pela perspectiva positivista, faz-se uma reflexão sobre a relação entre pesquisador e objeto de pesquisa histórica e suas imbricações até os dias atuais. O foco recai sobre o fator subjetivo e sua contribuição decisiva para a pesquisa na ciência humana. Assim, é demonstrada a grande riqueza epistemológica contida na subjetividade. A metodologia utilizada foi um estudo bibliográfico, feito a partir de pesquisas em obras clássicas da ciência histórica.

Palavras-chave: Neutralidade; Positivismo; História.

Abstract

The present article presents the systematization of theoretical reflections about the debate of neutrality in the human sciences. From the presentation of the conception of scientific neutrality defended by the positivist perspective, a reflection is made on the relation between researcher and object of historical research and its imbrications to the present day. The focus is on the subjective factor and its decisive contribution to research in human science. Thus, the great epistemological richness contained in subjectivity is demonstrated. The methodology used was a bibliographical study, made from researches in classic works of historical science.

Key Words: Neutrality; Positivism; History.

1. Introdução

Para a historiadora e professora Júlia Silveira Matos (2011), o conhecimento histórico desde sua emancipação da literatura e da filosofia tem sido epistemologicamente questionado, ou seja, suas verdades e certezas foram questionadas não apenas por filósofos, literatos ou sociólogos, mas também pelos próprios historiadores. É nesse sentido que Marc Block afirma que os documentos só falam quando sabemos interrogá-los. Portanto, para os efeitos da presente reflexão, a construção do conhecimento histórico se inicia no próprio processo de seleção das fontes, não obstante, é esse o primeiro caráter de subjetividade afirma que o essencial é enxergar que os documentos e os testemunhos. Certeau em sua obra *A operação historiográfica*, pontua que “Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural.”

A história carrega uma essência extremamente peculiar, as subjetividades intrínsecas às práticas e aos interesses que norteiam a pesquisa histórica deixam de ser consideradas na atualidade, como fatores somente de distorção e são levados a processos determinantes para a produção de um saber. Conforme elucidou Foucault (1999) “a própria verdade tem uma história”, os historiadores não tem que decidir quem dizia a verdade, qual postulado é mais científico, mas, se preocupar com a razão pela qual se diz.

Na historiografia da Antiguidade clássica, como é sabido, historiadores recorreram às narrativas dos testemunhos diretos na construção de seus relatos, visto que o testemunho do historiador era o que dava segurança e credibilidade para ao relato da história. Contudo, a partir do século XIX, com o nascimento do positivismo¹ ou escola metódica, iniciado pelo sociólogo Augusto Comte, tendo em sua base metodológica, sociológica e historiográfica uma confiança na capacidade de fazer uma ciência pura. Acreditavam na possibilidade de construir um conhecimento historiográfico muito próximo ao das ciências naturais em termos de objetividade.

Os positivistas enfatizavam os documentos escritos e legitimados pelo Estado como sendo a base da História, devia-se acima de tudo valorizar o que estava escrito no documento de cunho oficial e escrito, se restringindo a fatos políticos e dos grandes atores históricos, reis, generais, excluindo das narrativas os homens comuns. A hipótese fundamental do positivismo é de que a sociedade, a vida social, é regida por leis naturais universais e invariáveis.

¹ Iniciada por Augusto Comte, concebe por meio do positivismo que a sociedade deve ser estudada por métodos objetivos de observação, comparação e experimentação. O Positivismo do século XIX buscou seguir um modelo naturalista de ciência, utilizando métodos e perspectivas analíticas incontestáveis das ciências exatas.

Significa que a concepção positivista é aquela que afirma a necessidade e a possibilidade de uma ciência social completamente desligada de qualquer vínculo com as classes sociais, com as posições políticas, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo. Todo esse conjunto de elementos ideológicos, em seu sentido amplo, deve ser eliminado da ciência social (LÖWY, 1985, p. 39).

Eles tratavam apenas dos fatos políticos e ideológicos. A história política era a história por excelência. Para Chartier (1978, p. 517), a História Positivista considera que o documento escrito seria o seu “início-fim”, uma vez que os historiadores dessa corrente acreditavam que, para além dos textos, não existiria história pensável. A história para os positivistas deveria ser redescoberta e não interpretada, passou a instituir-se num processo completo de objetividade, enfatizando uma universalidade crendo que as sociedades humanas estivessem ligadas a leis gerais. Por conseguinte ,

Na medida em que se desenvolve o capitalismo, as ciências naturais desabrocham e “desideologizam-se”. Isso se deve não somente à necessidade de conhecimentos científicos e técnicos do capital em geral e da grande indústria em particular, mas também ao fato de que o modo de produção capitalista está fundado sobre mecanismos diretamente econômicos da extração de excedentes (a pseudotroca de equivalentes entre salário e força de trabalho e a apropriação da mais-valia pelo capitalista), exigindo um cimento ideológico de tipo econômico-social e político e não tendo que construir uma cosmologia religiosa. No momento em que o capitalismo torna-se o modo de produção dominante nas primeiras metrópoles europeias (no fim do século XVIII, início do século XIX), a ciência da natureza pode se emancipar definitivamente de toda a dependência para com as ideologias religiosas ou éticas do passado [...]. A burguesia revolucionária tinha interesses particulares a defender, diferentes dos interesses gerais das massas populares; ela lutava ao mesmo tempo contra o feudalismo e para instaurar uma nova dominação de classe, o que implicava a ocultação ideológica (consciente ou não) de seus verdadeiros objetivos e do verdadeiro sentido do processo histórico [...] (LÖWY, 1988, p. 190, 199).

Ao engendrar um modelo de investigação científica calcada na neutralidade e objetividade, o positivismo abre brecha para ideias burguesas, ao passo que enquanto não problematiza os fatos sociais, apenas os descrevem de forma “fria”, defendendo a história dos grandes personagens, apaga dos relatos investigativos o papel da massa nos feitos históricos.

Na Alemanha o historiador Leopold Von Ranke² (1795-1886) influenciado por algumas das características do positivismo comteano, começou a questionar a forma de como a História vinha sendo estudada, pesquisada e escrita. Ranke ficaria conhecido como o "Pai da história

² Leopold von Ranke fora um dos maiores historiadores alemães do século XIX, e é frequentemente considerado como o pai da "História científica".

moderna" ou o "Pai da história científica". A ideia de neutralidade científica é um dos pontos mais polêmicos a serem analisados em sua posição historiográfica. Ranke movido por uma ideia de neutralidade, centrando-se na ideia de construir uma história objetiva, verdadeira, que deveria ser feita com um recuo temporal, tornando-se quase que um dogma. A partir desta breve descrição, nosso objetivo principal é nos centrarmos na pesquisa científica na área de ciências humanas.

2. Metodologia

O presente trabalho conta com uma metodologia que orienta-se pela pesquisa bibliográfica, tendo em consideração o domínio e o trabalho pretendido, partimos para uma abordagem qualitativa. A temática se desenvolve a partir de um problema teórico, por isso, urge problematizar os efeitos práticos da utilização da perspectiva subjetiva em torno das questões de prisma humano e social.

3. A verdade dos positivistas

Fato é, que a distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo, trata-se de uma atividade fundamental da consciência e da ciência histórica. Em síntese, a proposta historiográfica de Ranke era a de obter solidez e permanência dos resultados da pesquisa histórica através do rigor metodológico. Leopold Von Ranke acredita plenamente que o historiador deve buscar a objetividade, pode se neutralizar, expressar uma análise imparcial da história, “dando a cada um o que lhe é devido”.

Neste contexto, a busca por um senso de objetividade absoluta, passava a incidir diretamente sobre o ofício e as práticas do historiador, cultuadas como a única forma possível de atestado dos eventos passados, a autoridade que emanava das fontes escritas oficiais passavam a exprimir em si mesmas a veracidade dos fatos.

Ao pesquisador / historiador caberia utilizar métodos investigativos rigorosos aos documentos pois assim, garantiria a cientificidade da pesquisa e o acesso à verdade dos fatos. Conforme Virgínia Fontes, o objeto e o sujeito do conhecimento são históricos. (...) O objeto (no caso, as sociedades), para Marx, não é, no entanto, mero agregado de sujeitos, mas comporta uma lógica própria, capaz inclusive de socializar (moldar) sujeitos. (FONTES, 2001: 127).

Os historiadores da dita “Escola Metódica ou Positivista” afirmavam-se capazes de tecer considerações sobre determinado objeto ou fato histórico de maneira meramente objetiva, ou

seja, dentro dessa perspectiva o objeto falava por si mesmo. Acreditavam que, se adotassem uma atitude de distanciamento de seu objeto, sem manter relações de interdependência, obteriam um conhecimento histórico objetivo, um reflexo fiel dos fatos do passado, puro de toda distorção subjetiva.

O historiador para eles narra fatos realmente acontecidos e tal como eles se passaram. (REIS, 2004, p.18). Dentro dessa perspectiva considerava-se a História uma ciência linear, fundamentada na observação passiva do passado, cabendo ao historiador apenas o relato de fatos e eventos ocorridos, em uma postura de distanciamento em relação ao objeto investigado.

4. Chegando-se às verdades

A “verdade” era produzida através da investigação de documentos escritos e oficiais que contavam a história dos grupos dominantes. Seguindo essas proposições, pode-se entender a “verdade” como um conjunto de procedimentos regulados para a produção, distribuição e funcionamento dos discursos. “A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder que a produzem e a confirmam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 1979, p. 14).

Em *História e verdade*, SCHAFF confronta duas das maiores escolas históricas que remontam ao século 19, de um lado positivismo que entende o conhecimento histórico como reflexo real da realidade, isento de todo fator subjetivo, e de outro lado o presentismo constituindo uma variante do relativismo subjetivista, o conhecimento histórico envolveria o sujeito e o objeto, considerando o saber histórico como uma projeção do pensamento e dos interesses do presente sobre o passado.

Segundo Schaff, é necessário primeiro diferenciar objetividade de subjetividade. A primeira é um conhecimento que provém do objeto, é universal e isento de carga emocional, portanto, o conhecimento objetivo é aquele que reflete o objeto. Enquanto o segundo (subjetivismo) é proveniente do sujeito, é particular. A própria noção de perspectiva de verdade é posta em cheque, haja visto a complexidade em se trabalhar temas sociais na atualidade que implicam um olhar singular do pesquisador do tema evocado. E assim, a historiadora Júlia Matos (2011) conclui que o conhecimento objetivo é aquele que reflete o objeto.

De acordo com Sartre, a consciência que imagina é uma consciência imaginante, ela é um movimento de recriação de um objeto ausente: “a imagem é também imagem de alguma coisa” (SARTRE, p, 106). Por esse ângulo, Thompson argumenta que “nenhuma fonte está livre de subjetividade, seja escrita ou oral, todas podem insuficientes, ambíguas e até mesmo

passíveis de manipulação”. O importante é que o pesquisador nas ciências humanas e sociais perceba o que a testemunha quer expressar e quais seus motivos para o que relatou.

Nessa altura do diálogo, pode-se inferir que com o surgimento da escola dos Annales com Block e Febvre na década de 20, revelaram em seu programa a impossibilidade da objetividade histórica. Block defende a ideia de um historiador com postura ativa, defende que a história se faz sim com vestígios e documentos, mas o historiador não deveria se calar para deixar que as fontes falassem por si.

Ainda, segundo Jacques Le Goff, um dos mais expressivos representantes da terceira geração de annalistas, diz, lembrando o fundador dos Annales:

Marc Bloch não diz: a história é uma arte, a história é literatura. Frisa: a história é uma ciência, mas uma ciência que tem como uma de suas características, o que pode significar sua fraqueza mas também sua virtude, ser poética, pois não pode ser reduzida a abstrações, a leis, a estruturas

De acordo com Block, a história deve instigar nos textos aquilo que eles não dizem explicitamente. Seu intuito era escrever a história sob uma nova perspectiva, que não fosse mais uma simples narrativa dos grandes acontecimentos. Marc Block e Lucien Febvre sentiram necessidade de buscar respostas para a realidade que se impunha, renovando o discurso historiográfico. Os Annales faziam uma crítica política da história tradicional, como sendo uma história apenas das elites e do poder que desconsiderava a história da maioria.

Para Adam Schaff “apenas o fato histórico pode ser imparcial, o historiador não”, pois para produzir sua análise o historiador tem que tomar posições, essas devem ser científicas, mas sempre serão pontos de vista. Ora, se todo historiador é produto e produtor da própria cultura, é necessário compreender que o fator subjetivo é inerente ao conhecimento científico, às suas múltiplas determinações sociais.

Nesse ínterim, se faz presente a seguinte indagação: qual seria a posição da verdade em relação às ciências humanas?, pois certamente não é a mesma daquela ocupada nas ciências da natureza, mas sim, é preciso ponderar que se trata da decorrência de infinitas interpretações construídas pelos investigadores para compreender o passado. Schaff pontua que no conhecimento histórico, sujeito e objeto constituem uma totalidade; o conhecimento e o posicionamento do historiador estão sempre socialmente comprometidos.

Por conseguinte, a junção dos conhecimentos eruditos de conteúdo histórico aos saberes locais das pessoas consiste de um modo mais geral na genealogia.

Chamemos, se quiserem, de "genealogia" o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas práticas atuais. [...]. Tratase, na verdade, de fazer que intervenham saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns. (FOUCAULT, 1999, p. 13).

Assim, seguindo esse pensamento os historiadores são construtores da história porque não partem dos fatos prontos para análise, mas dos materiais históricos, para Schaff (1995) “os historiadores não mentem, mas sustentam discursos diferentes, por vezes contraditórios“. Portanto, inúmeros estudiosos chegaram a conclusão de que inexistente verdade histórica, entretanto, pode-se chegar à outra conclusão, a de que todas as apreciações da história são incompletas, pois não existiria verdade, mas verdades sobre o mesmo fato.

Para Le Goff, “a história conhecimento se legitima pela compreensão de que seus dados e fatos não são absolutos, posto que se apresentam confusos e misturados, posto que cabe ao historiador perceber os equívocos e dinâmicas dos eventos”. Apesar de almejar a objetividade, essa não faz parte da natureza científica da história e assim o método histórico seria inexato.

Segundo Michel de Certeau o fato histórico estudado possui um caráter objetivo, no entanto, o olhar do historiador é subjetivo e denotará subjetividade na reconstrução histórica, por tal motivo , a história não pode ser vista como ciência objetiva, e sim subjetiva. Corroborando com as colocações de Certeau, Schaff afirma que consciência teórica do sujeito é exterior e social, por isso o pesquisador não pode se livrar de suas influências sociais, mas pode tomar consciência delas. De toda forma, é preciso reconhecer que o fator subjetivo intervém na produção do conhecimento histórico, mas a auto – reflexão metodológica do historiador pode efetivar o processo rumo à objetividade na história.

Nessa mesma linha , O historiador inglês Edward Carr considera que os fatos da história nunca chegam a nós ‘puros’, eles não existem nem podem existir numa forma pura: eles são sempre refletidos a partir da mente do registrador. Como consequência, quando pegamos um trabalho de história, nossa primeira preocupação não deveria ser com os fatos que ele contém, mas com o historiador que o escreveu. (CARR, 2002, p.58).

Nesta conjuntura, Edward Carr (2002) chegou à conclusão de que não existe uma resposta absoluta para a definição de história ou para a validade de seu caráter científico, já que tudo depende da visão que cada um tem de sua própria sociedade e do tempo em que vive. O

pesquisador é influenciado por ideias políticas e sociais do seu tempo e como tal não permanece imune e isento.

Fora somente com a renovação epistemológica da história, especialmente promovida nos anos 70 pelos chamados “novos historiadores” franceses, que motivou-se uma série de reflexões sobre modelos de explicação da história a relação do historiador com o passado e com a objetividade é colocada sob perspectiva do presente, assim, o sujeito olha para o passado de acordo com o momento que vive e com suas intenções.

Tornou-se evidente a necessidade de libertar o historiador da limitação de sua competência à dimensão do passado e neutralidade científica. Nesse sentido, urge expor que em toda produção histórica existe parte de verdade e falseamento consequentes da subjetividade, visto que a história é inevitavelmente subjetiva, mas alcança objetividade a partir da junção das verdades relativas produzidas pelas diversas interpretações dos historiadores.

“O próprio conhecimento das práticas e das experiências docentes se constitui, para os historiadores, um desafio, no sentido de que é necessário um esforço significativo de imaginação histórica para interpretar os fragmentos, os sinais deixados por escassos documentos, em busca de reconstruir possibilidades históricas, histórias verossímeis da reprodução do ofício (GINZBURG, 1989).” (SCHUELER, 2007, p. 71)

É nesse panorama que se propõem algumas reflexões acerca das relações entre objetividade e subjetividade na busca em delimitar as fronteiras entre objetividade da história e as subjetividades do historiador, passa-se a compreender as intensas implicações que recaem sobre a veracidade do produto historiográfico. Como pontua Sandra Pesavento, “a imagem é revelação de outra coisa que não ela própria (...) ela realiza a representação concreta de uma idéia abstrata” (PESAVENTO, 1992: 8).

Embora a história seja um conhecimento cientificamente conduzido por métodos, a objetividade é impossível sem a subjetividade, e assim, toda história, seja ela transmitida pela escrita ou mesmo pela oralidade, ao ser interpretada, permite ao sujeito algum tipo de subjetividade em sua interpretação. Nessa linha de interpretação, o pesquisador das ciências humanas se encontra alojado por construir uma pesquisa afim de obter um conhecimento dinâmico mais fortificado em diálogos que abrangem a realidade social.

Neste ponto é que há a compreensão de que o esforço por objetividade na escrita da história é diferente das outras ciências, pois engloba uma parcela maior de subjetividade na produção metodológica e isto ocorre por vários motivos dentre os quais a questão da opção e

juízo que o historiador e pesquisador social faz dos eventos que considera importantes. A seguir se pode observar como Bachelard (2006) pensa ser a relação razão e empiria.

É pelas aplicações que o racionalismo conquista os seus valores objectivos. Consequentemente, para julgar o pensamento científico, não se trata já de nos apoiarmos num racionalismo formal, abstracto, universal. É necessário alcançar um racionalismo concreto, solidário de experiências sempre particulares e precisas. É igualmente necessário que este racionalismo seja suficientemente aberto para receber da experiência determinações novas. Ao viver um pouco mais de perto esta dialéctica, convencemo-nos da realidade eminente dos campos de pensamento. Nestes campos epistemológicos permutam-se os valores do racionalismo e do experimentalismo (BACHELARD, 2006, p.121).

Destarte, sob tais cenários, na atualidade o valor da subjetividade da ação humana sobre o processo de conhecimento do passado reaparece com novas formas e significados, uma vez que mediado por métodos científicos passa a auxiliar na orientação humana, visto que “a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social” (GUATTARI, F. & ROLNIK, S. 1996, p. 31).

A análise do desenvolvimento da subjetividade requer adentrar no movimento contínuo de produção de sentidos subjetivos. Bem como destacou Ginzburg “O fato de uma fonte não ser objetiva não significa que seja inutilizável”, portanto, para além de uma verdade objetiva, deve-se buscar perceber seu conteúdo como um discurso produzido em um determinado contexto.

5. Considerações finais

À guisa de conclusão, para o pesquisador o documento deverá ser interpretado e instrumentalizado socialmente de maneira diferente daquela convencionada a partir da sua interpretação positivista, em que o pesquisador poderia agir com neutralidade e imparcialidade diante dos acontecimentos históricos. Assim, ao decorrer da restauração argumentativa acerca da neutralidade científica, cabe ao pesquisador a tarefa de não contentar-se com possíveis verdades irrevogáveis, para que se possa constituir um conhecimento rico e frutífero.

No campo das ciências humanas e sociais, a ciência como conhecimento se distingue das ciências naturais justamente por conter como elemento inerente a subjetividade do pesquisador, que mediante em um certo tempo e espaço social, político e econômico sempre manifestará ideias e interpretações dos fatos.

Em outras palavras, de forma acurada, faz-se declarar que uma diferença substancial entre as ciências da natureza e as humanas seria então quanto ao método, posto que enquanto uma está direcionada a explicar os fatos como o são, a outra desempenha função interpretativa, fazendo surgir “verdades” provisórias, sempre em busca de novas respostas.

Referências

- BLOCH, Marc. **Apologia a História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BACHELARD, G. **A Epistemologia**. trad. Fátima Lourenço Godinho; Mário Carmino Oliveira. Lisboa/Portugal : Edições 70, 2006.
- BURKE, Peter. (org.). **A escrita da história da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- _____. **Variedades da história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CANDIDO, Antonio. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- CARR, E.H. **Que é História**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2000.
- CHARTIER, Roger. **História positivista**. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques et al. (Org.). **A nova história**. Trad. Maria Helena Arinto e Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, 1978. p. 516-518.
- DUARTE, Regina Horta. **Lógica histórica, sujeito e criação: temas de pesquisa na história do Brasil, século XIX e XX. História da historiografia**, UFOP (5) 2010, p. 115-33.
- FICO, Carlos. **História que temos vivido**. In: VARELLA, Flávia e outros (Orgs.). **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV, 2012
- FONTES, Virgínia. **História e verdade**. IN: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**, 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu, SILVA, Glaydson José da. **Teoria da história**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- GADAMER, Hans-Georg. **O Problema da Consciência Histórica**. Rio de Janeiro: Ed. FVG, 1998.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

- _____. **Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de Presença. O Que o Sentido Não Consegue Transmitir.** São Paulo/Rio de Janeiro: Contraponto/PUC Rio, 2010.
- GUATTARI, F. & ROLNIK, S. (1996). **Cartografias do Desejo.** Petrópolis/RJ: Vozes
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.
- LACEY, H. **Valores e atividade científica.** São Paulo, Discurso Editorial, 1998.
- LE GOFF, J., (1996). **Memória e história.** Campinas: Editora da UNICAMP
- _____. Prefácio. In: BLOCH, **Apologia da história ou O ofício de historiador,** op.cit., p. 19.
- LÖWY, M. **Método dialético e teoria política.** 3. ed. São Paulo: Paz e Terra Filosofia, 1985.
- _____. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen.** Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 2. ed. São Paulo: Editora Busca Vida, 1988.
- HOBSBAWM, Eric. **Não basta a história da identidade.** In: _____. **Sobre história: ensaios.** Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MARTINS, L. M. (2004). **A natureza histórico-social da personalidade.** Caderno Cedes, 62 (24), 82-99.
- MATOS, J. S. **Os ideais de subjetividade e objetividade na história: o paradigma da verdade.** Rio Grande, 2011.
- MORIN, E. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- PESAVENTO, Sandra J. **Imaginário Social e Utopia: um outro olhar sobre a história.** Em: PESAVENTO, S. J. (org.) 500 anos de América: imaginário e utopia. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRG, 1992.
- ORLANDI, L. B. L. **Que estamos ajudando a fazer de nós mesmos.** In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. (Org.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias deleuzeanas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- REIS, José Carlos. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- _____. **A história entre a filosofia e a ciência.** São Paulo: Editora Ática, 1996.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pósmoderna.** Estudos Avançados, v. 2 nº. 2, São Paulo, IEA/USP, 1988, p. 55.
- SARTRE, Jean Paul. (1965). **Esboço de uma teoria das emoções.** Rio de Janeiro: Zahar.
- SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico.** Rio de Janeiro: Cortez, 2007.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. **Educar em família: o Colégio Imperial Amorim Carvalho na Corte Imperial (1882 – 1889)**. Revista Histedbr on line, n. 27, set 2007, p. 65 – 77.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. 6 ed. São Paulo. Martins Fontes. 1995.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981

VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro F. **Domínios da História - ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.